

PRÁTICA ESCRAVAGISTA NA PROVÍNCIA DE GOYÁZ - LEITURA E EDIÇÃO DE MANUSCRITOS OITOCENTISTAS DE CATALÃO

CARDOSO, Claudinei Vaz¹; PAULA, Maria Helena de².

Palavras-chave: Manuscritos catalanos – Escravidão em Goiás – Filologia.

1. INTRODUÇÃO

A historiografia goiana carece de três revisões necessárias, segundo Bertran (1994): a revisão do conceito e dimensão de decadência no século posterior à mineração (o século XIX), a revisão da história goiana do século XIX quando tantas vilas e povoados se firmaram e o mito de que Goiânia, no século XX, represente a goianidade rompida do seu “tecido cultural antigo, urdido com a velhice de dois séculos progressos de história” (BERTRAN, 1994, p.07).

Para o autor é importante entender o Goiás setecentista e oitocentista com os olhos de hoje, porém a partir dos fatos e memórias daquela época. No entanto, como a memória oral resgata no máximo três gerações passadas, o encontro com este Goiás dantes será possível através do que ficou sobre ele registrado, hoje espalhado nos diversos arquivos públicos e particulares, no Brasil e d’além mar.

É nesta perspectiva que este estudo aqui proposto quer reconhecer esta importância e avançar no propósito ressaltado pelo autor, trazendo à discussão textos manuscritos originais oitocentistas sobre a prática da escravidão em Goiás, especialmente na Vila do Catalão, hoje município de mesmo nome. Para tanto, far-se-ão conhecer sumariamente os documentos, seu estado e guarda pública, além de dar notícia do projeto de pesquisa em que este estudo se circunscreve.

As variadas práticas de pesquisas em Filologia legitimam a importância do enfoque multidisciplinar de estudos filológicos: a partir de textos cuja gênese se estuda e cujo conteúdo é minuciosamente levantado, é de supor-se que a Filologia e a História não são concebidas como áreas dissociadas. Releva-se, assim, que a aquela não se faz satisfatória em seus propósitos se abdicar desta e que à História documental muita fiabilidade se acrescentará se assentada no rigor da Filologia. Este é o olhar com que se apresenta este estudo: uma investigação filológica de três documentos históricos que testemunham a escravidão em Goiás e que traz à tona fatos e práticas sociais e lingüísticas na Vila do Catalão da segunda metade do século XIX.

2. METODOLOGIA

2.1- Obtenção dos Manuscritos

Os manuscritos foram obtidos como etapa da execução do Projeto de que fazemos parte, em execução no Campus da Universidade Federal de Goiás em Catalão. O projeto prevê a constituição de *corpora* escritos de Goiás a partir da seleção de manuscritos públicos e/ou particulares, especialmente dos séculos XVIII, XIX e começo do XX, que tematizem Goiás e, principalmente, sejam escritos em terras ou instituições goianas. Prevê-se, inicialmente, acessar, fotografar, editar e publicar documentos do sudeste goiano, área de localização do Campus da UFG em Catalão podendo estender-se a documentos coletados em arquivos de outras regiões do estado. Como o projeto propõe conhecer documentos que não foram ainda publicados ou inéditos, selecionaram-se textos que, *a priori*, não constam em catálogos ou publicações de documentos goianos. Nesta perspectiva, selecionaram-se três manuscritos, parte do acervo público do Museu Municipal Cornélio Ramos, em Catalão; depois, a equipe os fotografou em JPEG e os digitalizou, para o

trabalho de manuseio e análise, evitando o contato com os originais que, ainda que adequadamente, pode acelerar sua decomposição, pois estão bastante danificados, o que não impede ler neles a prática escravagista recorrente no sudeste da Capitania de Goyaz, especialmente na Vila do Catalão, hoje município de Catalão.

2.2- Caracterização dos Manuscritos

Os documentos em análise foram escritos em papel (material mole), por pessoas que tinham o ofício único de registrar esses fatos (tabeliões) como se vê na expressão de natureza jurídica: “...*E para constar lavrei este Auto em que assigna o Depositario, o official de justiça...*” (Auto de Depósito, recto). Os três documentos acham-se guardados em uma pasta-arquivo com repartições plásticas, na qual se encontram documentos de datas e naturezas diferentes, e sua disposição não obedece a qualquer sistema de organização ou catalogação peculiares a acervos públicos. Não se encontrou dificuldade de quaisquer ordens para os acessar, que poderia se justificar porquanto se fez uso de material específico para manuseio do material, conforme normas reconhecidamente sabidas da prática filológica.

No entanto, a ausência de critérios de organização, acesso e empréstimo podem revelar a urgência de uma política que dê conta de assegurar a estes textos uma sobrevivência enquanto patrimônio público.

Todos os três documentos são considerados manuscritos públicos por estarem em consonância com a teorização trazida por Spina (1977, p. 18-19) de que são denominados “vulgarmente *códices* ou *manuscritos* (...); se exarado oficialmente por pessoa pública, tem o nome de *documento público*”.

O primeiro documento é datado de 1856 e refere-se ao *Interrogatório* ao escravo Martinho, preso na Villa do Catalão por recair sobre si a suspeita de um crime ocorrido na cidade de Bomfim; o fólio é único, em recto e verso, e não apresenta numeração. O segundo trata-se do *Auto de depósito* do referido escravo que se encontrava à disposição da justiça. Vítima de acusação infundada o escravo é “depositado” porque seu dono não se apresentou no seu interrogatório e seria daí liberado quando o dono lhe reclamasse posse. É fólio único em recto e não possui numeração. Os dois manuscritos comprovam o cumprimento de um dever do judiciário local e são igualmente oficializados e autorizados pelo juiz municipal e testemunhados por presentes que assinam o fólio em que se registra o ato. Diferem do terceiro, que serve exclusivamente para demarcar o direito de posse.

O terceiro manuscrito, de 1876, apresenta dois fólhos, o primeiro em recto e verso e o segundo em recto. Refere-se à *Escriptura pública de venda de uma escrava de nome Maria*, cujo senhor, um cônego, a vende oficialmente pois é “livre e desembarassada”. À sua venda seguem descrições de sua pessoa e do registro em folha do Livro Diário da Coletoria e da Thezouraria de Fazenda Provincial de Goyáz como pode se observar nas linhas 17 a 28 do verso primeiro fólio. Isto demonstra uma prática comum à Vila do Catalão e a toda a Capitania de Goiás, conforme o diário de registros em que se prestava conta à Tesouraria da Província.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a obtenção dos resultados, os documentos foram lidos e editados respeitando as normas publicadas por Cunha, Cambraia e Megale (2001, p. 23-26). São parte dos *corpora* do projeto de pesquisa “Formação de *Corpora* Escritos de Goiás – Leitura e Edição de Manuscritos”, ao qual se vincula este estudo, e serão disponibilizados para conhecimento público, como resultados esperados do referido projeto, juntamente com os respectivos textos editados.

A análise dos documentos comprova a prática escravagista realizada em toda a Província de Goyaz e mais especificamente na Vila do Catalão. Depreendemos, ainda, as características históricas que são reveladoras da força econômica que possuía a Villa do Catalão no contexto provincial, contendo entre seus moradores, além de religiosos, latifundiários que lançavam mão do trabalho escravo.

Expressões como “*seu senhor*”, “*escravo cabra*” e descrições de valores da venda da escrava Maria como “*seicentos mil reis*” confirmam que: “A opressão fazia parte do sistema escravocrata, e o lucro era a preocupação das empresas. Extrair do preto o maior esforço possível, com o mínimo de dispêndio, eis o interesse dos proprietários” (SALLES, 1992, p. 286) para sustentar de pé seus patrimônios e interesses próprios. Os nomes citados e as assinaturas deixadas nos manuscritos revelam que, embora esses senhores de terras tenham falecido, o domínio econômico da cidade ainda pertence aos seus familiares, herdeiros, provavelmente, do mesmo prestígio social da época. Dessa forma, ficam bem demarcadas as classes sociais presentes na região desde o século XIX até os dias atuais.

Os manuscritos apontam resultados importantes quando se detém no aspecto lingüístico. Neles, recorta-se a linguagem praticada da época, meados do século XIX, e cujos traços de conservação nos fazem falantes de uma língua usada por portugueses na época da colonização e que se mostram presentes ainda hoje.

A variação na forma ortográfica de uma mesma palavra dentro do texto demonstra a falta de normatização, que só chegou com o primeiro tratado ortográfico no século XX (HOUAISS, 1991). Notam-se, ainda, em palavras como “*villa, official, anno, commigo*”, as consoantes geminadas, herança antiga da expressividade marcada do latim vulgar (BASSETO, 2001, p. 96-97).

4. CONCLUSÃO

Estudos desta natureza realçam a importância histórica da pesquisa filológica, pois para Spina (1977), a História é a disciplina que mais se aproxima dos interesses da Filologia, por trazerem ao conhecimento práticas socioculturais da época em estudo. Fortalecem, também, a Filologia, área de pouca tradição nos cursos de Letras e na UFG onde tem sido conhecida, não raro, apenas dentro das salas de aulas de alguns cursos de graduação em que pesem seus interesses multidisciplinares. Estudar tais documentos, então, permite conhecer as nossas raízes através da História e da língua lida neles e fortalecer laços culturais do povo estudado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSETTO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BETRAN, P. A memória consútil e a goianidade. *Ciências Humanas em Revista*. Goiânia: Editora da UFG, v. 5, n. 1, p. 03-08, jan./jun. 1994.
- HOUAISS, A. *A nova ortografia da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.
- SPINA, S. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.
- SALLES, G. V. F. de. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- CUNHA, A. G., CAMBRAIA, C. N. e MEGALE, H. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

¹ Aluno de Graduação em Letras do Campus de Catalão – UFG, pesquisador do projeto de pesquisa abaixo referido. claudineicardos@yahoo.com.br.

² Professora do Curso de Letras do Campus de Catalão – UFG, coordenadora do Projeto “Formação de *corpora* escritos de Goiás - leitura e edição de manuscritos” (SAPP-UFG: 13013). mhpgco@yahoo.com.br e mhpcat@gmail.com